

Casa do Seguro: Fórum Clima, Vida e Longevidade mostra como seguros e previdência podem impulsionar um Brasil mais resiliente

A Casa do Seguro recebeu, na tarde desta terça-feira (11), em Belém (PA), durante a COP30, o **Fórum Clima, Vida e Longevidade**, promovido pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) e pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi).

O encontro reuniu especialistas nacionais e internacionais para discutir como novas abordagens e instrumentos financeiros podem transformar os desafios da longevidade e das mudanças climáticas em oportunidades para o desenvolvimento sustentável do país.

Sustentabilidade, proteção e pragmatismo

Na abertura, o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, destacou o ineditismo da conexão entre longevidade e clima, além do papel do setor de seguros em oferecer respostas concretas à sociedade.

“O tema da longevidade é altamente impactado pelas mudanças climáticas, e a própria COP ainda não trata isso adequadamente. Trazer essa discussão é uma maneira de ajudar a sorte. A nossa e a do planeta”, afirmou.

Dyogo ressaltou que a Casa do Seguro busca “falar para fora da bolha” do setor, levando ao público e a outros segmentos produtivos as soluções e os desafios das seguradoras na transição para uma economia sustentável.

Na sequência, Edson Franco, presidente da FenaPrevi, reforçou a necessidade de integrar as dimensões ambiental, social e econômica.

“Esta é a COP da implementação. A política fiscal terá que equilibrar o envelhecimento humano e o envelhecimento ambiental do planeta. Os custos da inação podem ser impagáveis”, alertou.

Transição climática e envelhecimento populacional: os desafios para o futuro

Em seguida, o cientista e professor da USP Paulo Artaxo, membro do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), apresentou um panorama contundente das transformações ambientais em curso e seus impactos diretos sobre a saúde e a longevidade.

Segundo ele, as mudanças climáticas já representam a maior ameaça à saúde pública deste século, com efeitos crescentes sobre doenças cardiovasculares, respiratórias e infecciosas.

“O envelhecimento da população torna ainda mais difícil a adaptação ao novo clima. E quanto mais cedo o fizermos, menor será o prejuízo para a sociedade”, observou.

Artaxo destacou que o Brasil, por sua localização tropical, é um dos países mais vulneráveis ao aquecimento global. “Quatro graus a mais aqui em Belém têm impacto muito maior do que quatro graus em Estocolmo ou Montreal. É melhor cuidarmos do clima, porque o troco virá mais forte para nós.”

Transição justa e novos modelos de proteção

No principal painel da tarde, intitulado “Seguros, mudanças climáticas e longevidade”, o diretor da OIT, Vinícius Pinheiro, destacou que as mudanças climáticas, tecnológicas e demográficas estão alterando profundamente o mundo do trabalho.

“A transição justa coloca as pessoas no centro. O clima já mudou e isso exige uma reformulação

dos modelos de seguro e de proteção social”, disse Pinheiro.

Seguro de pessoas como alavanca econômica e social

Para o vice-presidente da Prudential, Antônio Rezende, o setor de seguros é uma das principais ferramentas de resiliência da sociedade diante das novas vulnerabilidades climáticas. “O seguro é uma das grandes alavancas econômicas do PIB. Ele transforma riscos em proteção financeira e reduz a dependência dos recursos públicos.”

Previdência privada e o financiamento da transição

O diretor da Bradesco Vida e Previdência, Estevão Scripilliti, defendeu o papel estratégico da previdência privada na poupança de longo prazo e nos investimentos sustentáveis: “A previdência privada é parte da solução. Podemos direcionar recursos para financiar a transição climática e garantir o futuro das próximas gerações.”

Experiências internacionais e inovação

O diretor do Impact Center for Climate Change da Fidelidade, Rui Esteves, apresentou as iniciativas do centro de conhecimento e investigação da seguradora portuguesa, que integra sustentabilidade e longevidade em programas de prevenção e bem-estar. “Estamos desenvolvendo soluções que unem dados de saúde, estilo de vida e tecnologia para promover uma vida mais longa e saudável.”

O pacto intergeracional em crise

Com seu estilo contundente, Nilton Molina, de 90 anos, abordou o envelhecimento da população como um desafio sem precedentes. “O Brasil envelheceu antes de ficar rico. Quebramos o pacto intergeracional. Quem vai pagar essa conta? Precisamos dizer a verdade: a sociedade não terá dinheiro para sustentar grandes programas sociais. É hora de criar um novo sistema e incentivar a poupança individual.”

O setor de seguros como protagonista da transformação

Encerrando o encontro, Edson Franco reafirmou a importância de o setor de seguros e previdência assumirem papel de liderança na transição para uma economia mais resiliente e sustentável.

“O setor precisa falar mais alto e mostrar que é parte da solução, seja na mitigação dos riscos climáticos, seja na construção da segurança financeira de longo prazo.”

O Fórum Clima, Vida e Longevidade marcou um ponto de convergência entre as agendas do clima e da longevidade, destacando o potencial do seguro e da previdência como instrumentos de transformação social e ambiental para um futuro mais equilibrado.

Economia verde: dados, tendências e a expansão do papel do seguro no Brasil

Setor segurador é peça-chave da transição ecológica e da nova economia de baixo carbono

- A economia verde está no centro das discussões da COP30 e do novo modelo de desenvolvimento do Brasil, que articula crescimento econômico, inclusão social e baixa emissão de carbono
 - Nesse cenário, o setor de seguros é reconhecido como motor estratégico da transformação, oferecendo proteção financeira, incentivo à sustentabilidade e apoio à inovação verde
-

Empregos verdes: oportunidades para o Brasil

A transição para uma economia de baixo carbono pode gerar 7,1 milhões de empregos verdes até 2030 e 15 milhões até 2050, segundo pesquisa da Agenda Pública e da Fundação Grupo Volkswagen.

Os setores com maior potencial de crescimento incluem:

- Energia renovável e bioenergia
- Economia circular e design sustentável
- Bioplásticos e construção verde
- Bioeconomia e restauração ecológica
- Agricultura regenerativa e manejo florestal sustentável

Além disso, 67% dos brasileiros com renda de até um salário mínimo acreditam que a economia verde ampliará a oferta de empregos, demonstrando otimismo e percepção social positiva da transição ecológica.

Investimentos e avanços práticos

Em 2025, os investimentos privados em projetos ambientais no Brasil somaram R\$ 48,2 bilhões, com impacto direto sobre 11 milhões de hectares preservados ou restaurados.

Outros avanços incluem:

- Digitalização da administração pública, que reduziu R\$ 3 bilhões em desperdícios e custos no primeiro semestre de 2025
- Economia de energia e papel, com reconhecimento internacional em eficiência sustentável
- Crescimento de 25% nas receitas da Allianz com soluções de baixo carbono, alcançando €5 bilhões em 2024 - concentradas em energia solar, eólica, edifícios sustentáveis e veículos elétricos

O setor de seguros brasileiro também avança com a segunda fase da Taxonomia Sustentável, que define critérios claros para produtos, apólices e investimentos ESG, incentivando práticas ambientais responsáveis e transparência na gestão climática.

O seguro impulsionando a economia verde

Novas regulamentações e incentivos fiscais favorecem o surgimento de seguros “verdes”, com benefícios para quem adota práticas de conservação ambiental ou medidas de adaptação climática.

Esses produtos oferecem:

- Descontos e bônus por sustentabilidade corporativa
- Cobertura contra eventos climáticos extremos
- Proteção de infraestrutura verde e projetos ASG/ESG

O Plano de Transformação Ecológica do Ministério da Fazenda reúne mais de 200 ações integradas, reconhecendo o papel do seguro na:

- Proteção de ativos naturais e produtivos
- Gestão de riscos climáticos e socioambientais
- Fomento ao crédito e investimento sustentável em todo o território nacional

O seguro é o elo entre transição ecológica e estabilidade econômica - um instrumento de confiança e investimento.

Biodiversidade: o papel dos seguros na conservação, inclusão e inovação

COP30 reforça que proteger a natureza é também investir em segurança econômica e social

- No contexto da COP30 e do avanço da agenda climática brasileira, a biodiversidade passou a ocupar posição central na estratégia do setor de seguros. Mais do que uma pauta ambiental, o tema está ligado à resiliência climática, à bioeconomia, à inclusão social e ao valor financeiro dos ecossistemas.
- O mercado segurador, em parceria com governos, universidades e organizações ambientais, busca transformar a conservação em oportunidade econômica e instrumento de proteção coletiva.

A COP30 marca o início de uma nova era para o mercado de seguros sustentáveis: um modelo que valoriza a natureza como ativo essencial, integra comunidades e empresas e estimula inovação financeira responsável. O seguro do futuro será aquele que protege a vida em todas as suas formas: humanas, naturais e econômicas.

O Brasil: potência mundial da biodiversidade

O Brasil é reconhecido como um dos países mais ricos em diversidade biológica do planeta:

- São cerca de 124 mil espécies de fauna e 44 mil espécies de flora registradas.
- Segundo o IBGE, já existem 22,5 milhões de registros de ocorrência documentados.
- O país integra o grupo dos 17 megadiversos, que juntos abrigam mais de 70% das espécies conhecidas do planeta.

Essa abundância faz do Brasil um eixo estratégico global: conservar seus biomas é essencial para garantir equilíbrio climático, segurança alimentar e estabilidade econômica mundial.

A biodiversidade brasileira é um ativo de valor global — e o seguro pode ser uma das ferramentas mais eficazes para protegê-la.

Unidades de conservação e áreas protegidas

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) protege 78 milhões de hectares — cerca de 8% do território nacional.

Entre 2007 e 2016, foram criadas ou ampliadas 8,9 milhões de hectares, sendo 6,7 milhões na Amazônia, segundo o ICMBio.

Além disso:

- Reservas legais em propriedades privadas somam 120 milhões de hectares.
- Áreas de uso sustentável e proteção integral compõem um mosaico que cobre biomas de norte a sul.

Esses números mostram que a conservação não é apenas política ambiental - é também política econômica e de segurança nacional.

Biodiversidade como valor econômico

Relatórios do Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS) indicam que proteger 30% das áreas terrestres e marinhas do planeta pode gerar:

- US\$ 250 bilhões/ano em produção econômica adicional
- US\$ 350 bilhões/ano em serviços ecossistêmicos, como mitigação climática, regulação hídrica, proteção contra enchentes e conservação do solo

Os benefícios crescem de forma exponencial com o aumento das áreas protegidas: menos riscos financeiros, mais estabilidade ecológica e maior produtividade econômica.

“A biodiversidade é o seguro natural da humanidade: quanto mais diversa a vida, mais segura a sociedade.”

Seguro, PSA e mecanismos financeiros inovadores

A conexão entre biodiversidade e proteção financeira avança rapidamente. Parcerias entre seguradoras, BioParques e incubadoras tecnológicas fortalecem cadeias produtivas da sociobiodiversidade, especialmente na Amazônia, Cerrado e Caatinga.

Essas iniciativas promovem:

- Remuneração por serviços ambientais (PSA)
- Créditos de carbono e biodiversidade
- Seguros paramétricos contra eventos climáticos extremos
- Proteção de investimentos sustentáveis por meio de seguros de crédito de biodiversidade

Em 2025, o Brasil registrou:

- Emprego recorde de 4.385 brigadistas florestais federais
- Redução de 97,8% nas áreas queimadas no Pantanal, 75,4% na Amazônia e 47% no Cerrado
- R\$ 48,2 bilhões em investimentos ambientais privados, com impacto sobre 11 milhões de hectares preservados ou restaurados

O seguro ambiental e o PSA formam juntos um novo modelo de “proteção com propósito”: rentável, inclusivo e sustentável.

Desafios e oportunidades para o futuro

Apesar dos avanços, mais de 80% das atividades econômicas brasileiras ainda não contam com cobertura securitária - especialmente em territórios críticos para a biodiversidade.

Especialistas estimam que proteger 30% dos territórios brasileiros até 2030 exigiria US\$ 140 bilhões em investimentos anuais, mas os ganhos potenciais seriam cinco vezes maiores.

Os próximos passos incluem:

- Ampliar a cobertura securitária rural e ambiental
- Integrar biodiversidade às estratégias ESG das empresas
- Fomentar seguros inclusivos para comunidades tradicionais
- Desenvolver métricas padronizadas de risco ecológico e financeira

Biodiversidade é sinônimo de resiliência.

Onde há vida diversa, há estabilidade, prosperidade e futuro sustentável.

Soluções inclusivas, realistas e alinhadas com a natureza: o futuro do seguro sustentável

Modelos baseados na natureza e inclusão social definem a nova fronteira da proteção climática no Brasil e no mundo

O setor de seguros vive uma mudança de paradigma:

- Soluções inclusivas, realistas e baseadas na natureza não são apenas uma tendência, são fundamentais para a resiliência climática e o desenvolvimento sustentável
- Ao lado de governos, comunidades e empresas, as seguradoras têm papel decisivo em proteger pessoas, restaurar ecossistemas e gerar valor econômico e social
- A COP30 estabelece a rota para o futuro: fortalecer coalizões, integrar dados, fomentar educação e ampliar cobertura de riscos, sempre promovendo a saúde dos ecossistemas e o bem-estar coletivo

Seguros baseados na natureza: experiências que inspiram

Proteção de ativos naturais

Na Holanda, o projeto Prince Hendrik Sand Dyke mostra como a infraestrutura verde pode substituir obras de concreto tradicionais.

O uso de plantas, gramíneas e manejo inteligente de areia protege municípios costeiros, melhora a pesca local, regula o microclima e eleva a qualidade da água.

Seguros foram criados para cobrir riscos de atraso e falhas de execução, gerando confiança para investidores e governos.

Seguro Paramétrico para conservação ambiental

Na Colômbia, um modelo inovador utiliza índices climáticos e ambientais - como temperatura e incidência de incêndios - para acionar automaticamente indenizações destinadas à restauração de áreas protegidas (Páramos).

O prêmio é subsidiado por fundos públicos e privados, demonstrando que proteger a natureza pode ser economicamente viável e gerar retorno social.

Microssseguros inclusivos e rurais no Brasil

Em regiões como Amazônia, Cerrado e Caatinga, o Brasil testa microssseguros ambientais e rurais que unem seguradoras, BioParques e incubadoras de inovação.

Essas iniciativas remuneram serviços ambientais, protegendo cadeias produtivas locais - de agricultores, pescadores e extrativistas - e promovem justiça social com conservação.

Realismo e colaboração multissetorial

Um dos principais aprendizados do setor é o realismo na modelagem de riscos.

Os produtos precisam ser financeiramente viáveis, adaptados às condições locais e calibrados para riscos climáticos emergentes, como chuvas intensas, secas e incêndios florestais.

A COP30 reforçou a necessidade de parcerias entre governos, empresas, ONGs e comunidades locais para preencher o “gap de proteção” ainda elevado na América Latina.

Atualmente, 80% dos bens e atividades brasileiras não têm cobertura securitária, o que mostra o

potencial de crescimento dos seguros inclusivos voltados a setores críticos como saúde, infraestrutura e agricultura.

Investimento, prevenção e impacto positivo

Em 2025, o Brasil registrou R\$ 48,2 bilhões em investimentos privados em projetos ambientais, com 11 milhões de hectares preservados ou restaurados e centenas de milhões de resíduos tratados.

O país também alcançou emprego recorde de 4.385 brigadistas florestais, fortalecendo ações preventivas e integração com políticas de seguros climáticos.

Esses avanços reforçam que prevenção e cobertura securitária são faces complementares da mesma estratégia: proteger pessoas, economias e ecossistemas.

Alinhamento e benefícios sistêmicos

A integração entre seguro e natureza já mostra resultados concretos:

- Áreas de manguezais e vegetação nativa podem reduzir perdas seguradas em até 40%
- Custos de apólices diminuem até 12% quando há infraestrutura natural associada à proteção de ativos
- O seguro de crédito de carbono, lançado recentemente no Brasil, protege investidores e projetos florestais contra riscos regulatórios e de desempenho, viabilizando bilhões de toneladas de carbono preservadas

Essas soluções criam benefícios ambientais e econômicos integrados, transformando ecossistemas em ativos de valor.

Resultados concretos em 2025

. As políticas de gestão de risco securitário e ambiental refletiram em queda de 65,8% nas áreas queimadas no Brasil no primeiro semestre de 2025

. No Pantanal, a redução foi de 97,8%, e na Amazônia, de 75,4%, consolidando um avanço histórico na proteção ambiental

. Esses números mostram que inclusão, inovação e realismo econômico podem caminhar juntos na construção de um mercado de seguros sustentável e resiliente

Economia de baixo carbono: caminho passa por inovação, ciência e seguros

A busca por uma economia resiliente e de baixo carbono tem sido cada vez mais debatida, com destaque para o papel das inovações climáticas, das soluções baseadas na natureza e dos investimentos sustentáveis na aceleração da transição verde. Neste sentido, o setor de seguros tem importante contribuição nesse ecossistema. Este foi o mote das discussões da manhã desta terça-feira (11) na Casa do Seguro, espaço da CNseg na COP30, durante debates promovidos pela AXA.

No primeiro painel, os especialistas destacaram como inovação, ciência e proteção financeira podem se unir para acelerar a descarbonização e reduzir riscos ambientais. O encontro reuniu o mediador Chaouki Boutharouite, head of Sustainability da Axa International Markets; Alexandre Mansur, diretor de Projetos do O Mundo Que Queremos; Daniel Contrucci, cofundador e co-CEO da Climate Adventure; Fernanda Gomes, gerente de Gestão do Conhecimento e Comunicação do

Instituto Internacional para a Sustentabilidade; e Rogério Paiva Cavalcanti, presidente do Conselho do UMGRAUEMIO. Em comum, todos defenderam que a transição para uma economia regenerativa depende da integração entre tecnologia, biotecnologia, políticas públicas e seguros.

Papel do setor

O empreendedor Daniel Contrucci destacou que o Brasil possui um papel central na descarbonização global, com dois terços das emissões ligadas ao uso da terra e ao agronegócio. Ele apresentou mais de 1.500 soluções mapeadas pela Climate Ventures, desde inovações tecnológicas em inteligência artificial e sensores até práticas ancestrais das comunidades tradicionais. Para Contrucci, “não há uma única organização capaz de resolver o problema climático, porque precisamos de coordenação sistêmica e investimentos em bioeconomia e soluções baseadas na natureza”.

Ele defendeu ainda a ampliação do papel dos seguros, especialmente em modelos de negócio inovadores que promovem restauração florestal e integração entre lavoura, pecuária e floresta.

Fernanda Gomes reforçou que as soluções baseadas na natureza devem ser vistas de forma holística, combinando dados sobre uso da terra, vulnerabilidade social e retorno financeiro. Ela apresentou um framework desenvolvido para o setor segurador identificar áreas prioritárias de investimento em restauração ambiental, “maximizando benefícios ecológicos e reduzindo riscos de enchentes e perdas costeiras”. Segundo ela, a transição verde só será bem-sucedida se houver cocriação entre ciência, governo e setor privado, garantindo legitimidade, precisão e aplicabilidade.

Tecnologia avançada

Um exemplo concreto de inovação climática foi apresentado por Rogério Paiva Cavalcante. Sua startup (UMGRAUEMIO) desenvolveu uma tecnologia capaz de detectar incêndios florestais em até três minutos, utilizando câmeras de alta resolução e inteligência artificial. Hoje, o sistema monitora 20 milhões de hectares no Brasil, reduzindo perdas em até 80% nas áreas agrícolas. Ele chamou atenção para a necessidade de o setor segurador “olhar para novas modalidades de seguro que considerem não apenas o carbono, mas também a biodiversidade”. Rogério propôs que as seguradoras se tornem parceiras das tecnologias emergentes, ajudando-as a escalar soluções de prevenção de riscos climáticos.

Coube a Alexandre Mansur apresentar o Radar Verde, metodologia que ranqueia frigoríficos e redes de supermercados com base em critérios de desmatamento e rastreabilidade da cadeia de carne. A iniciativa já é usada por investidores e empresas para monitorar riscos e premiar boas práticas ambientais. Segundo Mansur, “as seguradoras, como grandes investidoras globais, têm poder para influenciar cadeias produtivas, evitando emissões e priorizando companhias mais responsáveis”.

Cooperação e inovação devem estar unidas

De certa forma, esse painel evidenciou que a transição climática não se fará apenas com tecnologia, mas com cooperação intersetorial e inovação financeira. As seguradoras foram apontadas como peças-chave para destravar investimentos em soluções verdes, fornecendo instrumentos de mitigação de risco para novos modelos produtivos e para a restauração de ecossistemas. Os especialistas convergiram na ideia de que tecnologia, ciência e seguros precisam caminhar juntos: os dados e a inteligência artificial tornam visíveis os riscos; as políticas públicas dão legitimidade às ações; e o setor segurador garante estabilidade e confiança para o capital fluir. Como resumiu o moderador, ainda há um longo caminho até o Net-Zero, a começar dos investimentos necessários, mas o encontro mostrou que a ponte entre inovação e proteção já começou a ser construída.

Seguros que protegem a natureza e as pessoas

O segundo painel mostrou como a proteção ambiental e a adaptação climática estão se tornando temas centrais para o setor segurador. Mediado por **Melina Cotlar** (AXA), o debate reuniu o cientista **Paulo Artaxo** (IPCC), **Michael Beck** (AXA Chair in Coastal Climate Resilience), **Érico Rocha** (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima) e **Patricia Ellen** (Aya Earth Partners e Systemic), relacionando ciência, políticas públicas e inovação em torno de um objetivo comum: transformar o seguro em um motor de resiliência climática.

Desafio urgente e diverso

O cientista **Paulo Artaxo** lembrou que a adaptação às mudanças climáticas é um desafio urgente e diverso, acrescentando que, em virtude disso, o Brasil precisa de estratégias regionalizadas, capazes de responder às vulnerabilidades específicas do Nordeste, da Amazônia e do Sul. Ele ressaltou que a ciência deve orientar políticas públicas que priorizem a população, e não apenas setores econômicos. “O clima já mudou e continuará mudando. Adaptação é para hoje”, afirmou, destacando que o setor de seguros, o agronegócio e a saúde estão entre os mais vulneráveis aos impactos climáticos. Para ele, o país deve avançar na criação de planos de contingência e instrumentos de proteção econômica baseados em evidências científicas.

Entre os setores mais expostos, ele enumerou **o mercado de seguros aparece como um dos mais vulneráveis** aos eventos climáticos extremos.

“A indústria do seguro é, sem dúvida, uma das mais impactadas pelas mudanças climáticas, mas não é a única. O agronegócio enfrenta a redução da precipitação no Brasil Central, o que compromete a rentabilidade e a previsibilidade — fatores críticos também para o seguro agrícola”, destacou o especialista. A preocupação se estende aos **seguros de vida e saúde**, já que o aumento das temperaturas, a proliferação de vetores e a insegurança alimentar tendem a afetar diretamente a saúde da população.

Coberturas inovadoras

Michael Beck, por sua vez, apresentou um exemplo emblemático de inovação: o seguro de recifes de corais criado no México, uma iniciativa pioneira que atribui valor econômico à natureza ao reconhecer seu papel como “barreira natural” contra tempestades e enchentes. Beck mostrou como o modelo combina ciência, modelagem de risco e investimento em restauração ambiental, transformando ecossistemas em ativos de proteção. “Podemos calcular o valor dos benefícios ecológicos e sociais e transformá-los em instrumentos financeiros, como créditos de adaptação”, explicou. A experiência, segundo ele, abre caminho para produtos que conciliem retorno financeiro e preservação ambiental.

As políticas climáticas sólidas são essenciais para induzir o setor privado a adotar práticas sustentáveis, conforme destacou Érico Rocha. Ele apresentou o Plano Clima, lançado pelo governo brasileiro, como um exemplo de instrumento estratégico que orienta a mitigação e a adaptação nos diferentes setores da economia. Rocha propôs que as seguradoras possam oferecer descontos nas apólices para produtores que mantenham excedentes de vegetação nativa, uma vez que “a floresta em pé reduz a sinistralidade, melhora a produtividade agrícola e protege contra desastres”. A integração entre políticas de crédito e seguro, segundo ele, pode se tornar um poderoso incentivo à conservação.

Patricia Ellen trouxe a visão da inovação e da economia verde. Ela destacou que a adaptação climática ganhou centralidade na COP30, com discussões sobre o financiamento de um fundo de US\$ 300 bilhões para países emergentes — ainda abaixo do necessário, que seria de pelo menos US\$ 350 bilhões. Patricia alertou para o grande “gap de proteção”: apenas um terço das perdas climáticas globais é coberto por seguros, deixando cerca de US\$ 250 bilhões anuais descobertos. Defendeu, por isso, a ampliação das parcerias público-privadas (PPPs) e apresentou exemplos de inovação verde no Brasil, como os sistemas agroflorestais com macaúba e cacau, que aliam

produção, reflorestamento e geração de bioenergia. “Essas cadeias podem dobrar o PIB verde do país, mostrando que proteger, produzir e incluir é possível”, afirmou.

A união entre ciência, negócios e políticas públicas, considerou Michael Beck, pode garantir novos mercados para créditos de adaptação, valorizando ações que reduzem riscos climáticos e protegem comunidades. “Quando reunimos diferentes vozes — ciência, governo, empresas — conseguimos transformar desafios em oportunidades concretas de proteção”, resumiu a moderadora Melina Cotlar.

Nesse sentido, ficou evidente que a natureza é o primeiro agente segurador do planeta. Fortalecer ecossistemas é também fortalecer economias e pessoas. A transição de uma lógica de risco para uma lógica de resiliência passa pela ciência, pela inovação financeira e pela atuação conjunta entre Estado, empresas e sociedade. Na visão dos participantes, o futuro do seguro será medido não apenas em indenizações pagas, mas em vidas e ecossistemas preservados.

Net-Zero: o Brasil no caminho da neutralidade climática

Há potencial para antecipar meta de emissões líquidas zero para 2040, segundo USP, UnB e Instituto Amazônia 4.0

- Atingir o Net-Zero significa zerar o saldo das emissões de gases de efeito estufa (GEE) — equilibrando o que é emitido com o que é retirado da atmosfera
- O tema, destaque da COP30 em Belém, é um dos maiores desafios globais e também uma grande oportunidade estratégica para o Brasil, que, segundo estudos da USP, UnB e Instituto Amazônia 4.0, poderia alcançar a neutralidade até 2040, dez anos antes do compromisso internacional de 2050

Energia limpa: o pilar da transição brasileira

O setor energético é o principal diferencial do Brasil.

Atualmente, mais de 90% da matriz elétrica nacional é composta por fontes renováveis, como hidrelétricas, eólicas e solares.

Para manter o país no caminho do Net-Zero, serão necessários investimentos de mais de US\$ 1,3 trilhão até 2050, dos quais US\$ 0,5 trilhão devem ser destinados à expansão das energias renováveis.

A transição inclui:

- Eletrificação de indústrias e frotas de veículos
- Expansão da construção civil verde
- Modernização de redes e infraestrutura energética

Essas frentes respondem por mais de 50% da redução de emissões prevista até 2050.

A energia renovável é o motor da economia de baixo carbono - e o Brasil já parte de uma vantagem competitiva global.

Agricultura, florestas e uso da terra

O setor agropecuário e florestal é igualmente decisivo para a neutralidade climática.

Com práticas de manejo sustentável, restauração florestal e uso de bioenergia, o Brasil pode acelerar sua transição para o Net-Zero.

Em 2025, o agronegócio brasileiro já atraiu mais de US\$ 10 bilhões em investimentos voltados a soluções de baixo carbono e tecnologias regenerativas.

- Essas ações incluem:
- Reflorestamento e recuperação de pastagens degradadas
- Uso de biocombustíveis e biofertilizantes
- Monitoramento ambiental por IA e sensoriamento remoto

O campo é protagonista da economia verde, e chave para equilibrar produtividade e preservação

Indústria e cidades: transformação em curso

Nas cidades e nos centros industriais, a eletrificação e o design sustentável guiam a transição. Até 2030, segundo a Febraban, o Brasil deve contar com 100 mil ônibus elétricos em operação nas grandes metrópoles.

A indústria e a construção civil também avançam:

- Logística reversa e reciclagem de resíduos
- Uso de energia limpa em fábricas e edifícios
- Compensações ambientais e cadeias de valor de baixo carbono

Essas iniciativas reduzem emissões e reposicionam empresas brasileiras em cadeias globais mais exigentes em sustentabilidade.

Mercado financeiro e setor de seguros: alavancas do Net-Zero

O mercado financeiro e o setor de seguros têm papel fundamental na transição. Seguradoras brasileiras participam da Net-Zero Insurance Alliance (NZIA), compromisso global de neutralizar emissões até 2050, com metas verificáveis e protocolos de cálculo certificado.

- O setor vem desenvolvendo produtos de proteção climática, como:
- Seguros para energia renovável e infraestrutura verde
- Coberturas para riscos climáticos extremos (enchentes, secas, incêndios)
- Planos de mitigação e adaptação para empresas e municípios

“O seguro é o elo entre mitigação e adaptação — traduz riscos em investimentos sustentáveis”, afirma nota da CNseg sobre o compromisso NZIA.

Impactos e oportunidades

Se o Brasil antecipar a neutralidade climática para 2040, o país poderá:

- Fortalecer sua liderança internacional em sustentabilidade
- Atrair novos investimentos verdes
- Contribuir para limitar o aquecimento global a 1,5°C
- Gerar empregos e inovação em todas as cadeias produtivas

Mas o caminho exige governança integrada, justiça climática e distribuição equitativa dos custos e benefícios, garantindo que setores produtivos, cidadãos e territórios vulneráveis sejam incluídos nessa transição.

Net-Zero não é apenas uma meta técnica — é um pacto coletivo por um futuro de baixo carbono, seguro e inclusivo

Tecnologia verde transforma o Brasil: energia limpa, agricultura sustentável e seguros ambientais impulsionam o futuro

- A tecnologia verde já faz parte do dia a dia dos brasileiros, com impactos diretos na economia, no meio ambiente e na qualidade de vida
- Em 2025, o Brasil se firmou entre os líderes globais em energia solar, agricultura sustentável, construções verdes e inovação em seguros ambientais, consolidando uma transição ecológica que movimenta bilhões e cria novas oportunidades de trabalho e renda

Energia solar: o Brasil brilha no ranking global

O país instalou mais de 5,25 GW de energia solar apenas no primeiro semestre de 2025, alcançando 64 GW de capacidade total, o que representa 22% da matriz elétrica nacional, segundo a ABSOLAR.

Desse total, 43 GW são gerados diretamente por consumidores, que produzem sua própria energia limpa em casas, comércios e pequenas propriedades rurais.

O setor solar emprega cerca de 400 mil pessoas e recebeu R\$ 39,4 bilhões em investimentos apenas no último ano, mostrando que sustentabilidade e economia caminham juntas.

Construções sustentáveis: eficiência e valorização

O Brasil já conta com mais de 2.400 edifícios certificados com selo LEED, figurando entre os dez países com mais construções verdes no mundo.

Os imóveis comerciais sustentáveis chegam a valorizar até 8% acima do mercado convencional e oferecem mais conforto térmico, iluminação natural e qualidade do ar.

Entre as inovações que se tornaram padrão estão:

- Telhados verdes e fachadas com isolamento térmico
- Sistemas de reúso de água e energia solar integrada
- Ventilação cruzada e iluminação natural inteligente

As construções verdes reduzem custos operacionais e reforçam o compromisso ambiental das cidades brasileiras

Agro sustentável: tecnologia e bioeconomia no campo

A agricultura regenerativa e de baixo carbono é outro pilar da economia verde. Estudos indicam que investimentos sustentáveis no campo podem adicionar R\$ 94,8 bilhões ao PIB por ano e gerar mais de 700 mil empregos até 2030.

Sensores, drones e inteligência artificial já monitoram plantações, economizam insumos e reduzem o impacto ambiental — um salto de produtividade com responsabilidade ambiental.

A tecnologia verde está transformando o campo brasileiro em um polo global de inovação agroambiental.

Seguros ambientais e inteligência climática

O setor de seguros também evolui com a agenda verde.

Seguradoras brasileiras criaram hubs de dados socioambientais para mapear riscos de enchentes, secas, incêndios e desastres naturais, oferecendo proteção personalizada para lavouras, cidades e empresas.

Essas iniciativas unem setor público e privado em torno de investimentos verdes e ampliam o acesso de famílias e negócios a produtos de proteção climática e responsabilidade socioambiental.

O Seguro Ambiental é hoje uma ferramenta de resiliência: antecipa riscos, apoia a adaptação e estimula práticas sustentáveis

Impacto econômico da transição verde

Com a aceleração da transição ecológica, o PIB brasileiro pode crescer até US\$ 430 bilhões nos próximos anos, segundo estudos econômicos internacionais.

Esse crescimento virá do aumento da eficiência energética, da valorização imobiliária, da inovação agrícola e da expansão de novos produtos financeiros sustentáveis.

A tecnologia verde já é parte da rotina nacional: ela cria empregos, valoriza imóveis, democratiza a geração de energia, impulsiona a renda rural e traz mais segurança climática e econômica para todos.

O futuro sustentável do Brasil já começou - e ele é movido por tecnologia, inovação e consciência ambiental

Fonte: CNseg, em 11.11.2025